

ATIVIDADES DE RECUPERAÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO DURANTE O HORÁRIO REGULAR DE AULA

MARCELE COSIN DE OLIVEIRA TAMIÃO¹
BIANCA MELO PEREIRA DA COSTA²
SAMIRA SANT'ANNA OLIVEIRA³
FRANCISCO JOSÉ CARVALHO MAZZEU⁴

INTRODUÇÃO

O atraso na alfabetização de algumas crianças do Ensino Fundamental, principalmente em escolas periféricas, é assunto bastante conhecido no meio acadêmico e ficou ainda mais notável no período pós-pandemia, quando alunos do Fundamental 1, em especial do terceiro e quarto ano, retornaram para as escolas após dois anos tendo aulas através do ensino remoto. Conseguir a recuperação dessa aprendizagem tem sido um grande desafio para os professores que atuam em sala, com classes numerosas e desniveladas, assim como para os gestores. Embora existam as dificuldades, é direito garantido do estudante uma recuperação paralela e dever da escola promover tal atividade, conforme afirmam Messias e Fonseca:

- 1 Graduanda do Curso de Pedagogia na Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista - UNESP/Campus de Araraquara/SP, marcele.cosin@unesp.br;
- 2 Graduanda do Curso de Pedagogia na Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista - UNESP/Campus de Araraquara/SP, bianca-melo.costa@unesp.br;
- 3 Graduanda do Curso de Pedagogia na Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista - UNESP/Campus de Araraquara/SP, sant.anna@unesp.br;
- 4 Docente do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista - UNESP/ Campus de Araraquara/SP, francisco.mazzeu@unesp.br

“1. Recuperação Escolar Contínua que está prevista em lei, para ser mais exato na LBEN 9394/96 Art. 13 inciso III - “Os docentes devem incumbir-se de zelar pela aprendizagem do aluno”. Ou seja, é preciso que a docência promova meios para que o indivíduo possa aprender a aprender, a ser, a fazer e a conviver como tão bem descrito nos pilares da Educação. Na mesma Lei no art. 24 inciso V “(...) a avaliação contínua do desenvolvimento do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período (...)”.É sinalizado que só se justificaria uma avaliação contínua do rendimento de aprendizagem caso a intenção pedagógica fosse averiguar o que o aluno ainda não sabe para auxiliá-lo no aproveitamento integral dos seus estudos com êxito.(...) 2. Recuperação Paralela como possibilidade de reforçar e assimilar conteúdos mínimos para o ano em curso. O atendimento do aluno na Recuperação Paralela é um direito previsto em lei, que tem como finalidade garantir horas a mais de aula para sanar defasagens curriculares. -A Lei 9394/96 art._24 inciso V, prevê “[...] obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar [...]”.A indicação CEE nº 05/98 relata que: “[...] Dentro do ensino-aprendizagem Recuperar significa voltar, tentar de novo, adquirir o que perdeu, e não pode ser entendido como um processo unilateral[...].” (MESSIAS, FONSECA, 2016, p.91)

No entanto, a recuperação em período de contraturno não tem tido o êxito esperado, conforme apontam estudos (ZIBETTI, PANSINI, SOUZA, 2012), em função do pouco engajamento e evasão dos alunos, principalmente nas escolas periféricas, que os responsáveis pelos estudantes não consideram o estudo como prioridade na vida das crianças e jovens.

Foi dentro desse cenário que o projeto “Acompanhamento e apoio aos processos de reforço escolar na alfabetização e leitura”, apoiado pelo Programa Núcleos de Ensino da Universidade Estadual Paulista (Unesp) teve como um dos seus objetivos construir, em conjunto com uma escola da periferia, atividades de recuperação no horário de aula.

Embasado na Pedagogia Histórico Crítica, o projeto utilizou de textos disponíveis nos materiais didáticos da escola e outros recursos, tais como materiais manipuláveis, que foram confeccionados com

produtos de baixo custo, considerando as limitações financeiras de uma escola da rede pública.

METODOLOGIA, MATERIAIS E MÉTODOS

O projeto foi idealizado por um Docente do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp/Campus de Araraquara/SP e executado por três graduandas do curso de Pedagogia da mesma instituição.

Os trabalhos foram realizados dentro de uma escola mantida pelo poder público Estadual localizada em um bairro periférico no Município de Araraquara, no Estado de São Paulo. A maioria dos estudantes são provenientes de famílias que apresentam um nível socioeconômico baixo.

Em nosso primeiro contato com a escola, acompanhamos algumas classes do Fundamental 1, terceiros, quarto e quintos anos para entender a dinâmica das aulas, os trabalhos das docentes e os materiais didáticos utilizados. Em parceria com as professoras, definimos algumas crianças que estavam com a escrita e leitura defasadas em relação à classe e iniciamos os trabalhos de recomposição. Em um primeiro momento percebemos que qualquer trabalho realizado deveria ser no horário de aula pois sabíamos que no contraturno não teríamos demanda dos alunos. Vários esquemas foram sendo testados, procurando: a) evitar que as crianças com atrasos fossem estigmatizadas dentro da sala de aula por estarem no projeto; b) garantir que elas mantivessem o contato com a turma e com a sequência das aulas; c) permitir que tivessem um atendimento individual em espaço adequado; d) aproveitar materiais didáticos disponíveis na escola.

Tentamos aplicar algumas atividades dentro da sala de aula com as crianças selecionadas para o projeto de recomposição da alfabetização, mas essa iniciativa atraiu os olhares curiosos dos colegas de classe, o ruído sonoro também não era propício para a concentração dos alunos e a aplicação de atividades fora do que estava sendo ensinado acabava atrapalhando a rotina da classe. Sendo assim, notamos a necessidade de retirar essas crianças da sala de aula e aplicar as atividades em outro espaço.

Era necessário e garantir que elas mantivessem o contato com a turma e com a sequência das aulas, por isso foi acordado com as crianças e os professores os momentos quem que as saídas ocorreriam. Para tanto, os horários das aulas foram analisados e elaborados rodízios de retiradas dos alunos das salas de aula, portanto, um bom planejamento dos horários, considerando a duração e a frequência das intervenções, foi importante para o sucesso do projeto. Nesse esquema, os períodos que os alunos estavam fora da sala não passavam de duas aulas seguidas.

No início do projeto, foi previsto o atendimento com 3 crianças simultaneamente e um maior tempo de intervenção, mas logo percebemos que as crianças estavam em momentos diferentes de aprendizagem, com isso o atendimento individual trazia maiores resultados. Foi necessário também ocuparmos espaços em uma escola viva: iniciamos os atendimentos na sala de Atividades de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC) que foi depois ocupada pelos professores, passamos para a biblioteca, mas muitas vezes aconteciam trabalhos em grupos dos alunos, em alguns momentos chegamos a utilizar o pátio escolar até conseguirmos a sala de uma das coordenações, que não estava ocupada. A partir daí, foi necessário novamente adequarmos nossos horários para conseguirmos atender às crianças. Ou seja, fez parte do projeto uma “conquista” de espaço dentro da escola e isso foi fundamental para alcançarmos o objetivo.

Ainda considerando a parceria com o professorado e a escola, identificamos a necessidade de trabalhar com materiais dentro do contexto escolar dos alunos, portanto, elaboramos as atividades utilizando como base textos do material didático dos alunos ou livros disponíveis na biblioteca da escola. Após a estrutura do projeto ter sido formatada, iniciou-se o trabalho de construção de atividades.

REFERENCIAL TEÓRICO

As atividades foram produzidas fundamentadas na linha teórica da Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Histórico-Cultural, na qual autores como Luria defendem que, para a apropriação da escrita, a criança precisa adquirir nova técnica correspondente ao domínio do Sistema Alfabético-Ortográfico, o que requer o ensino direto e explícito das relações grafema-fonema. Esse estudo, porém não pode ser

desconectado dos processos de compreensão e expressão do pensamento, que permitem dar significado e sentido à escrita. Para integrar essas duas dimensões a estratégia adotada foi inciar a intervenção com o uso de textos clássicos da literatura infantil.

Estudos relacionados a Pedagogia Histórico Crítica, como de Duarte (2022), apontam que os clássicos da literatura infantil ainda possuem grande influência na sociedade e são encontrados nos materiais didáticos dos alunos da rede Estadual do Estado de São Paulo. Assim, partimos desses textos para elaboração e aplicação de diversas atividades e sequências didáticas com o objetivo de testar possíveis caminhos para a recomposição da leitura e escrita das crianças. As intervenções consistiram em atividades de leitura do texto de maneira dinâmica, destacando e explorando palavras-chave. Focamos em trabalhar a cada momento com um conjunto limitado de relações grafofonêmicas, contrapondo as orientações adotadas para a alfabetização nas últimas décadas (PCNs, BNCC), que defendem a ideia de que é preciso apresentar no início da alfabetização todas as letras do alfabeto de uma vez, sem estabelecer uma progressão, nem focalizar no ensino sistemático de relações grafema-fonema específicas. A metodologia adotada seguiu a lógica da pesquisa-ação ou pesquisa-intervenção, pois se aplica a um processo de alfabetização previamente em andamento, a fim de produzir uma mudança significativa e contando com a participação dos sujeitos envolvidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Podemos afirmar, através de testes e sondagens que foram aplicadas no início e no final do período de intervenção, que a experiência realizada demonstrou a viabilidade do caminho adotado, com resultados positivos na aprendizagem dos alunos atendidos. Vale ressaltar que cada aluno chegou ao final com um resultado diferente, considerando que iniciaram o projeto em níveis de aprendizagem também diferenciados. Outro ponto importante que devemos avaliar, foi a duração da atuação individualizada. Considerando o período de adaptações e adequações em relação ao esquema de rodízio, as atividades foram aplicadas durante cerca de 3 meses, o que, embora limitado, foi suficiente para levantarmos fortes indícios de que tanto a estratégia quanto a abordagem teóricas adotadas se mostraram bastante

promissoras, tendo em vista que as atividades aplicadas ajudaram não só gerar a uma aceleração da descoberta do princípio alfabético, mas também a produzir maior interesse das crianças pela leitura e por aprender mais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade de recuperação da alfabetização durante o horário regular de aula, sendo ele individual e em um ambiente propício, ajudou no desenvolvimento do princípio alfabético das crianças que estavam defasadas em relação à turma. Notamos que, a partir do momento em que essas crianças conseguem perceber que são capazes de aprender e não se sentem excluídas do processo de alfabetização, surge, por parte delas, um grande interesse e maior esforço na aprendizagem.

Portanto, esse relato de experiência mostra que é possível realizar uma recomposição da alfabetização dos alunos que ficaram em defasagem, situação agravada pela pandemia, adotando uma estratégia de atendimento individual, durante o período das aulas, sem estigmatizá-los e sem perder a rotina da classe de aula e aplicando atividades com palavras-chave retiradas de textos clássicos da literatura infantil, disponíveis na escola,.

Tentar recompor a aprendizagem do aluno e buscar seu nivelamento com sua turma é direito desse estudante e é possível a escola contribuir nessa direção, além de dar a oportunidade para que todos tenham acesso ao saber crítico e ter a oportunidade de realizar uma educação emancipatória.

Palavras-chave: Recuperação, Alfabetização, Pedagogia Histórico-Crítica, Atraso escolar.

REFERÊNCIAS

COELHO, Izac Trindade; MAZZEU, Francisco José Carvalho. **Notas Introdutórias para um método histórico crítico de alfabetização.** RIAEE Revista Ibero Americana de Estudos em Educação, v. 11, n. esp. 4, p. 2576-2593, 2016. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.21723/riaee.v11.n.esp4.9210>> EISSN: 1982-5587STRO

MAZZEU, Francisco José Carvalho; FRANCIOLI, Fátima Aparecida de Souza.
Os conteúdos da Alfabetização: elementos para um debate curricular.
REC Revista Espaço do Currículo, João Pessoa, v.11, n.2, p.219-233, mai./
ago.2018

BRASIL. Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** LDBEN, 1996 Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996

MESSIAS, Rosilene de Fatima Rociolo; FONSECA, Genaro Alvarenga.
Recuperação de aprendizagem: fato ou mito? Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília, Marília, v.2, n.2, p. 87-102, Jul./Dez., 2016

DUARTE, Elaine Cristina Melo. **A ALFABETIZAÇÃO COMO INGRESSO NO MUNDO DA CULTURA ESCRITA: contribuições de Antônio Gramsci para os estudos sobre alfabetização na perspectiva da pedagogia histórico-crítica.** Repositório Institucional UNESP, Araraquara, 2022.

LURIA, A. R. **O desenvolvimento da escrita na criança.** In: Vigotskii, L. S.; Luria,; Leontiev, A. N, Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem(12a. ed., pp. 143-189). São Paulo: Ícone, 2016.

ZIBETTI, Marli Lúcia Tonatto; PANSINI, Flávia; SOUZA, Flora Lima Farias de.
Reforço escolar: espaço de superação ou manutenção das dificuldades escolares? Psicol. Esc. Educ. 16 (2), Dezembro, 2012.